

Povos Indígenas e Meio Ambiente Amapá e Norte do Pará

AS RECOMENDAÇÕES DA ONU PARA O BRASIL SOBRE OS DIREITOS INDÍGENAS



Foto: Luis Donisete Benzi Grupioni, 2017

Conselho de Direitos Humanos da ONU

A cada quatro anos, todos os 193 países do mundo que fazem parte da Organização das Nações Unidas (ONU) passam por uma avaliação internacional sobre a situação dos direitos humanos. Essa avaliação é chamada de Revisão Periódica Universal (RPU) e acontece no Conselho de Direitos Humanos da ONU, que se reúne em Genebra, na Suíça. É um momento importante, pois quando um país está sendo avaliado, todo o mundo olha para esse país e fica sabendo dos seus problemas. O Brasil já passou por três ciclos de avaliação da Revisão Periódica Universal na ONU: em 2008, 2012 e, agora, em 2017.

A Revisão Periódica Universal é um instrumento novo da ONU, que foi implementada em 2006 com a nova estrutura do Conselho de Direitos Humanos, e a cada ano vem se aperfeiçoando. A maior inovação dessa Revisão foi garantir que a situação dos direitos humanos seja analisada em todos os países, sem exceção. A RPU se organiza em ciclos porque depois de receber as recomendações, os países devem buscar implementá-las e resolver os problemas indicados na Revisão. A sociedade civil pode monitorar o que foi corrigido ou não, e depois de quatro anos, pode novamente reportar problemas para que se inicie uma nova avaliação com recomendações, implementação e monitoramento, e assim repetidamente.

Em maio de 2017, além do Brasil, foram avaliados os seguintes países: África do Sul, Algeria, Barém, Equador, Filipinas, Finlândia, Holanda, Índia, Indonésia, Marrocos, Polônia, Reino Unido e Tunísia.

Muitos países estão atentos para o que está acontecendo no Brasil. Por isso, nessa avaliação de 2017, apesar de o governo ter apresentado na ONU um relatório que afirmava que as coisas estavam bem, diversos países fizeram muitas perguntas e recomendações, porque estavam atentos e preocupados com algumas ameaças aos direitos humanos de diversos grupos sociais no Brasil.

Além da grave situação nas prisões, da falta de liberdade em manifestações, da violência contra as mulheres, da discriminação racial, da situação dos migrantes e refugiados, do desemprego, do direito a um adequado padrão de vida, o tema dos direitos dos povos indígenas foi um dos que mais chamou a atenção nessa avaliação RPU.

Mesmo sendo pequena a população indígena no Brasil, quando comparamos com outros grupos populacionais, tem sido demonstrado que os índios sofrem mais desrespeitos e violações nos seus direitos. Talvez por isso, das 246 recomendações feitas ao Brasil sobre vários temas, 34 delas manifestavam preocupação com os povos indígenas e seus direitos. De maneira significativa, vários países incluíram em suas recomendações a preocupação com a situação de discriminação e violência que os povos indígenas enfrentam no Brasil.

COMO A AVALIAÇÃO NA RPU É FEITA?

A avaliação é feita pelos representantes dos países que compõem a ONU. Todos os países passam igualmente pela avaliação, recebem e fazem recomendações. Por isso, a RPU é chamada de *avaliação entre pares*. Ela se baseia principalmente em três relatórios elaborados e distribuídos para todos os países da ONU sobre como está a situação dos direitos humanos do país avaliado. Os três relatórios contêm informações reunidas por diferentes instituições:

- 1) informações preparadas pelo Estado avaliado (é o relatório oficial, preparado pelo governo de cada país, relatando a situação dos direitos humanos, avanços e dificuldades);

2) informações contidas em relatórios de especialistas e grupos de trabalhos de direitos humanos da ONU (é preparado pelo Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU a partir de dados e informações do Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos e Negócios; da Relatora da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas; do Relator sobre Meio Ambiente; do Comitê de Monitoramento da Convenção da Eliminação da Discriminação Racial; do Assessor Especial sobre Genocídio; entre outros);

3) informações encaminhadas por organizações da sociedade civil e por outros atores interessados (esse terceiro relatório inclui informações fornecidas por organizações não-governamentais, sindicatos, organizações indígenas etc, que são resumidas pelo Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU).

O RELATÓRIO DO GOVERNO BRASILEIRO

Para a sociedade civil, foi muito importante o fato de tantos países fazerem recomendações ao Brasil. A Revisão ocorrida em 2017 mostrou que mesmo quando o governo não apresenta todas as informações sobre o que está realmente acontecendo no país, as organizações da sociedade civil podem enviar informações corretas e assim influenciar no processo de avaliação.

De fato, o relatório elaborado pelo governo não retratava toda a realidade do Brasil. Antes da sessão na ONU, foi realizada uma audiência pública na Câmara dos Deputados. Essa audiência foi exigida pela sociedade civil já que o governo não estava se apresentando para o diálogo sobre a RPU. Nessa audiência, a Subprocuradora do MPF, Dra. Débora Duprat, criticou o relatório do governo dizendo que “parecia que estavam falando de outro país”.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a Rede de Cooperação Amazônica (RCA) e a Plataforma Dhesca também criticaram o tratamento dado à temática indígena, tanto em relação ao conteúdo do relatório que foi disponibilizado só pela internet para consulta pública, quanto em relação à própria forma de consulta pela internet, que não facilita nem garante a participação de representantes dos povos indígenas

Além disso, as organizações reclamaram que o governo não estava reconhecendo a enorme lista de pendências de terras indígenas a serem demarcadas e não reconhecia as sérias dificuldades por que passam os povos indígenas no país. Ou seja, denunciaram o cenário de retrocesso que estava sendo omitido no relatório preparado pelo governo.

Depois dessa cobrança, o texto melhorou na temática indígena, mas os discursos do governo continuaram muito distantes da realidade. Outro ponto importante foi que apesar da temática indígena e de segurança pública estarem no foco da atenção dos países da ONU, o Ministério da Justiça e Segurança Pública não enviou representantes na delegação do governo que foi à Genebra para a RPU, prejudicando mais uma vez o diálogo aberto.

COMO FORAM FEITAS AS RECOMENDAÇÕES?

Durante a RPU 2017, países vizinhos do Brasil e outros bem distantes falaram sobre a situação dos povos indígenas no Brasil. Alguns desses 31 países como o Equador, o Peru, a Noruega, a Alemanha e a Suíça já tinham feito recomendações ao Brasil na RPU de 2012 e ficaram insatisfeitos de ver que a situação piorou.

Em 2012 o Brasil recebeu 16 recomendações sobre os direitos humanos dos povos indígenas e esse número dobrou em 2017.

Os países fizeram essas recomendações ao Brasil consultando vários documentos, inclusive o documento que resultou da visita ao Brasil, em 2016, da Relatora Especial da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz. A Relatora confirmou para a ONU o cenário de graves violações de direitos humanos dos povos indígenas que estava sendo denunciado por organizações indígenas, indigenistas e de direitos humanos.

Em sua visita ao Brasil, a Relatora conversou com o governo e com representantes indígenas de mais de 50 povos de 13 estados brasileiros e visitou terras indígenas no Mato Grosso do Sul, Bahia e Pará. A Relatora da ONU concluiu que o Brasil, que já foi um líder mundial na área de demarcação de terras indígenas, agora vive um cenário de retrocessos que colocam sérios riscos para os direitos indígenas conquistados há várias décadas.

Além desse documento da Relatora da ONU, os países tiveram acesso a pelo menos nove relatórios de organizações indígenas e indigenistas. A APIB, a RCA e o Iepé enviaram relatórios específicos para a ONU na RPU, assim como várias outras organizações indígenas, indigenistas e de direitos humanos. Diversas cartas e manifestações também foram mandadas para a ONU ao longo do ano, mostrando como o Brasil está retrocedendo na proteção dos direitos indígenas.

Em resumo, esses relatórios contaram ao mundo que, ao contrário do que o governo diz, as coisas não estão bem no Brasil e pediam um alerta internacional para fazer o governo mudar essa situação.

Foram denunciados pelas organizações indígenas e indigenistas: • as medidas legislativas que querem mudar a Constituição e retirar os direitos dos povos indígenas como a PEC 215; • a paralisação das demarcações de terras indígenas por causa da pressão ruralista; • o uso da tese do marco temporal no judiciário para impedir a demarcação de terras; • os discursos racistas de políticos que falam abertamente que são contra os povos indígenas; • os ataques e crimes cometidos contra lideranças e povos indígenas e que não são devidamente investigados e por isso ficam sem punição; • a falta de respeito ao direito à consulta livre, prévia

e informada; • o enfraquecimento das políticas específicas de educação e saúde para povos indígenas; • a situação de risco e vulnerabilidade de povos indígenas isolados, de recente contato, e daqueles que sofrem com a falta de alimentação, relacionada à falta de terra.

Essas denúncias tiveram uma divulgação muito importante no âmbito internacional, e isso ajuda a luta dos povos indígenas no Brasil.

Em 2022, o Brasil deverá novamente informar a ONU sobre quais das 242 recomendações aceitas o país conseguiu cumprir.

RESUMO DAS RECOMENDAÇÕES DA ONU PARA O BRASIL SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Principais recomendações RPU 2017	Países que fizeram as recomendações
Reforçar medidas de prevenção e punição do racismo, discriminação e violência contra os povos indígenas e aumentar a conscientização sobre igualdade étnica e racial	Usbequistão, Santa Sé, Grécia, Togo, Uganda, Filipinas, México, Moldávia
Reforçar as políticas de prevenção e punição da discriminação de crianças indígenas e de combate à violência contra mulheres e meninas indígenas a partir de uma perspectiva integral e intersetorial	Chile, Ruanda
Assegurar recursos financeiros adequados para a Funai e para a proteção dos direitos indígenas e fortalecer a coordenação entre a Funai e o Ibama	Alemanha, Suíça, Maldivas, Canadá, França, Áustria, Peru, Cabo Verde
Proteger os direitos territoriais dos povos indígenas, particularmente através do fortalecimento de programas de proteção, da finalização de processos de demarcação de terras pendentes no Executivo, e conferir celeridade para decisões judiciais com a rigorosa observância do direito constitucional e internacional a respeito dos direitos territoriais dos povos indígenas	França, Alemanha, Áustria, Peru, Cabo Verde, Canadá
Avançar na agenda do consentimento livre, prévio e informado e assegurar um processo efetivo de consulta com os povos indígenas em todas as tomadas de decisões que possam afetá-los, assim como participação integral em todas as medidas legislativas e administrativas que os afetem	Moldávia, Alemanha, El Salvador, Estônia, Islândia, Noruega, Países Baixos
Assegurar que os povos indígenas sejam protegidos de ameaças, ataques e despejos forçado, prevenir conflitos especialmente aqueles relacionados à demarcação de terras indígenas e adotar medidas para concluir as investigações sobre assassinatos de indígenas	Noruega, Uzbequistão, Irlanda, Alemanha, Canadá, França
Desenvolver um Plano Nacional sobre Empresas e Direitos humanos para prevenir violações dos direitos dos povos indígenas e os danos ao meio ambiente, garantindo o direito de consulta	Países Baixos
Proteger os defensores dos direitos humanos, inclusive indígenas, assegurando minuciosa investigação e responsabilização sobre os crimes cometidos contra os povos indígenas	Irlanda
Desenvolver e implementar políticas de qualidade para enfrentar a mortalidade infantil, desnutrição e a pobreza, além de promover a saúde, educação intercultural e acesso a saneamento de povos indígenas	Peru, Paraguai, África do Sul, Rússia, Bangladesh, Cingapura, Paraguai
Assegurar que os direitos dos povos indígenas e o respeito ao meio ambiente e à biodiversidade sejam devidamente levados em consideração em atividades econômicas	Santa Sé

O GOVERNO ASSUMIU O COMPROMISSO DE CUMPRIR AS RECOMENDAÇÕES RECEBIDAS?

Graças a essa ampla divulgação sobre os problemas indígenas no país, o governo brasileiro aceitou todas as recomendações feitas para melhorar a situação dos índios e a maior parte das demais recomendações para os outros temas. Isso significa que, na próxima avaliação, em maio de 2022, os países da ONU estarão esperando ver melhorias e avanços no Brasil. Esse é um compromisso de todos os países da ONU: depois de receber as recomendações na RPU, os governos devem trabalhar, em diálogo com a sociedade, para mudar as situações que foram avaliadas negativamente e, assim, avançar na garantia dos direitos humanos para todos.

O governo brasileiro também assumiu o compromisso de apresentar um relatório de meio termo sobre o cumprimento das recomendações. Isso significa que daqui a dois anos, ele deverá apresentar um relatório público, dizendo como está implementando as recomendações que recebeu, mostrando o que conseguiu melhorar e o que não conseguiu ainda. É importante que a sociedade civil pressione e acompanhe o que o governo está fazendo e está dizendo, tanto aqui dentro do Brasil quanto lá fora, nos fóruns e instâncias internacionais.

É importante saber que as recomendações da RPU para o Brasil em 2017 chamam a atenção para os direitos dos povos indígenas de terem suas terras demarcadas e protegidas; também recomendam melhorar o acesso à educação escolar intercultural, melhorar a atenção à saúde, saneamento e alimentação adequada. As recomendações também falam da importância de ter a Funai funcionando e com recursos. E recomenda que os defensores de direitos humanos indígenas sejam protegidos. Finalmente, lembram que é dever do governo consultar os povos indígenas sempre que alguma medida afetá-los.

AS RECOMENDAÇÕES DA ONU PRECISAM SER CUMPRIDAS PELO GOVERNO!

Para implementar essas recomendações da ONU será necessário que o governo brasileiro passe a ouvir e considerar as demandas dos povos indígenas de maneira mais sincera e transparente. O governo precisará ter um plano para fazer avançar as reivindicações nessas áreas. Esse plano precisa garantir compromissos relativos às políticas públicas para os povos indígenas e orçamento para a execução dessas políticas, especialmente no que diz respeito à demarcação de terras indígenas.

Além disso, entendemos que o governo precisa imediatamente parar de agir contra os povos indígenas. É urgente retomar as demarcações de terras indígenas; posicionar-se pela defesa dos direitos constitucionais dos povos indígenas; fortalecer a Funai; implementar o direito à consulta respeitando os protocolos de consulta dos povos indígenas; e afastar a tese do marco temporal, inclusive revogando o Parecer n.01/2017 da Advocacia Geral da União (AGU). Sem isso, não será possível anunciar avanços no campo dos direitos humanos dos povos indígenas.

Porém, para isso acontecer é importante que os povos e organizações indígenas conheçam as recomendações da ONU e cobrem do governo o cumprimento do compromisso que ele assumiu lá fora. Esse monitoramento, desde agora, será importante para exigir que as mudanças aconteçam para melhor, e também para continuar levando a voz dos povos indígenas do Brasil para o mundo.



Audiência sobre a RPU na Câmara dos Deputados

Foto: Luis Donisete Benzi Grupioni, 2017



O Boletim Povos Indígenas e Meio Ambiente – Amapá e Norte do Pará é uma publicação do Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena.

Conselho Editorial: Decio Yokota, Denise Fajardo, Dominique Tilkin Gallois e Luís Donisete Benzi Grupioni

Texto Base: Érika Yamada e Luis Donisete B. Grupioni

Tiragem: 4.000 exemplares

Escritório do Iepé em Macapá:

Rua Leopoldo Machado, 640
Macapá - AP - 68908-120
Tel/Fax: (96) 3223 7633 / 3223 2052
iepe@institutoiepe.org.br
www.institutoiepe.org.br

Apoio:



GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION



EMBAIXADA DA NORUEGA